

Batalhas da guerra econômica brasileira

ESTADO DE SÃO PAULO 27 SET 1989

BENEDICTO FERRI DE BARROS



Parodiando a constatação praticamente consensual entre os economistas, de que os Estados Unidos exportaram sua inflação para o mundo a partir de 1970, pode-se dizer que no Brasil o Estado, que é uma entidade soberana, externa e independente da sociedade brasileira — quase um país estrangeiro dentro da nossa República — exporta a sua para o resto da economia e do povo brasileiros.

Em artigo recentemente publicado nesta seção, o senador e economista Roberto Campos dizia ser lícito estimar que o Estado gasta de 25% a 30% para arrecadar sua receita tributária. Outras avaliações recentes calculam que os gastos com o funcionalismo absorvem cerca de 30% do orçamento federal. Outros números divulgados calculam por volta de 40% as despesas que o governo tem com o serviço da dívida interna. Embora esses números não possam ser somados diretamente, qualquer que seja a soma que deles se faça, o resultado líquido será um déficit permanente, um buraco negro que explica o círculo vicioso do aumento da dívida interna e das emis-

sões, exportada como uma inflação "estabilizada" (!) em 30% ao mês.

É sempre inflacionário aquele que consome mais do que produz, que gasta mais do que recebe, que vive de créditos e emissão de papéis. O Estado brasileiro faz todas essas coisas. Entre todas as instituições do País, aí incluídos os grupos empresariais e financeiros, ele é, de longe, a que tem o maior orçamento, a que mais gasta, a que mais deve, a que mais absorve recursos e emite papéis. Não apenas os papéis que utiliza para rolar dia a dia uma dívida interna de vulto equivalente à externa, mas também os que imprime sob o nome de dinheiro e que todos utilizamos para medir e arbitrar o valor de qualquer trabalho, ganho, compras, poupança e investimento. Como ambos esses papéis não são produto de qualquer atividade econômica, injetam permanentemente um aumento explosivo da demanda sem a contrapartida de oferta correspondente, causando um buraco negro que exporta inflação para todo o povo brasileiro. Inflação que a moeda, mesmo indexada, é incapaz de acompanhar, e que termina por destruir qualquer orçamento, qualquer plano, qualquer cálculo que se queira fazer — e, finalmente, a própria moeda, que perde seu valor, sua credibilidade e sua utilidade como instrumento de decisões econômicas.

Como o Estado brasileiro, além de ser um órgão político (péssimo, aliás) é, também, o maior empresário, o maior empregador, o maior

consumidor, evidentemente ele é o mais atingido pelos aumentos de salários, custos e preços. Sua caixa está sempre vazia. Faltam-lhe recursos cronicamente, e vem daí o círculo vicioso exponencial de maior endividamento, de maiores emissões, de inflação crescente. Essa carência crônica de recursos impede-o, por outro lado, de fazer investimentos para o desenvolvimento das empresas do setor público que constituem setor essencial da infra-estrutura econômica do País. Surge, daí, a ameaça contrária, de freio ao desenvolvimento e recessão.

Com esta realidade coexiste outra, que é a de um povo e uma nação pujante, em crescimento, desenvolvimento e modernização constantes, que continua a trabalhar, produzir e criar, independentemente, à margem, e até contra a deseconomia de suas instituições políticas. Nos dias correntes, as estatísticas conjunturais dão conta de um aumento do emprego, da produção e das vendas que contrariam todos os diagnósticos pessimistas de recessão e, a despeito de uma inflação de 30%, parecem invalidar os prognósticos de uma hiperinflação. Tais fatos parecem inexplicáveis por quaisquer teorias econômicas, e nossos melhores economistas, com escassas exceções, parecem incapazes de dar explicação coerente a tais contradições que desmentem tanto seus diag-

*Difícil
dizer como —
e quando —
ela vai
terminar*

nósticos quanto seus prognósticos. Quem tem razão? Quem está certo? Todos e ninguém. As oscilações estatísticas conjunturais da economia brasileira só podem ser compreendidas como expressão de batalhas parciais da grande guerra civil soturna, diária e incruenta, que desde há muito se trava entre a deseconomia de um setor público, cuja insolvência raia pela falência, e o resto da população e empresas, que continuam lutando para conservar sua saúde financeira e desenvolver-se economicamente.

Que a coexistência dessa contradição representa um atraso, uma ameaça, um problema crucial para a economia brasileira, não há como negar. Ela vem se agravando de 1973 para cá, e, nos dias correntes, a partir de 1985, parece atingir seu clímax diante da situação pré-falimentar de toda a estrutura financeira e econômica do setor público. Não há como negar a tensão e os perigos maiores e latentes que isto contém, seja de hiperinflação, seja de recessão — e de todas suas conseqüências. Não obstante — e é daqui que procedem os erros de prognósticos — ninguém é capaz de dizer se, quando e como vai terminar essa guerra intestina e estrutural da economia brasileira. Toda a política brasileira, hoje em dia, se concentra no esforço de rolar a situação até 16 de novembro deste ano e março do ano que vem. Então se verá. Se verá? Veremos.